filiado a CUT BRASIL

SINTESPE

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

Praça Olívio Amorim, nº 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Setembro 2013 - (48) 3223-6097 / www.sintespe.org.br

ESTADO DE GREVE

Categoria pode parar as atividades a qualquer momento

Assembleia Geral Estadual dos Servidores das Secretarias, Autarquias e Fundações delibera ficar em Estado de GREVE e dá prazo para governo cumprir a Data-Base até final de outubro. Até lá, SINTESPE realiza Assembleias Regionais pelo e convoca categoria a participar delas!

Luta do Sindicato para que o Governo cumpra a Data-Base segue desde Novembro. Perdas salariais da categoria ultrapassam os 40%.

Governador Raimundo Colombo, CALOTE no servidor, NÃO!

Saúde do Trabalhador

A falta de efetivo e o descaso do Governo compromete a saúde do servidor público de SC. O tema é debatido na Alesc em setembro.

Pág. 2

Privatizações

Mesmo contrário aos interesses dos servidores, e à decisão da Justiça, GoverColombo insiste em privatizar a saúde no estado. Luta contra as OS continua.

Pág. 3

Luta em defesa do servidor mais forte!

SINTESPE continua campanha de filiação para fortalecimento da luta da categoria.

Pág. 4

EDITORIAL

Sintespe organiza a categoria

Depois de nove meses de negociações com o governo no intuito de fazer cumprir a Lei 15695/2011 que institui a Data-Base dos servidores públicos estaduais, o SINTESPE aprovou Estado de Greve em Assembleia Geral que ocorreu no dia 29 de agosto, na frente do Centro Administrativo.

A categoria está cansada de ver o governo repassar milhões à iniciativa privada ao mesmo tempo que deixa de cumprir os repasses constitucionais para a saúde e educação. Por isso resolveu que só mediante e muita luta e união poderá arrancar deste governo o que é de direito.

O governo Colombo insiste num modelo de estado mínimo em prestação de serviços e máximo no que diz respeito ao imenso cabide de emprego de seus correligionários vide as SDR´s.

Estudos feitos pela Bancada de Oposição na Assembleia Legislativa (Alecs) comparam que passados mais de 10 anos de sua implantação, as SDRs, que tinham inicialmente a pretensão de um desenvolvimento equilibrado entre as várias regiões do Estado, cumprem um único objetivo: cabide de emprego. Por outro lado, Colombo privatiza cada vez mais o Estado e entrega os hospitais para as OSs, como é o caso recente do Hospital Florianópolis.

A precarização dos serviços públicos tem adoecido a categoria. O índice de afastamentos decorrentes do desgaste a que o servidor está submetido tem crescido a cada dia. Assunto que será tratado em Audiência Pública na Alesc, no dia 24 de setembro.

Esntendemos que este momento conclama a unidade de todos os trabalhadores para chegarmos à vitória. O governo tenta dividir a força da categoria prometendo, isoladamente, a cada setor, o atendimento das reivindicações. Mas não cairemos no canto da sereia.

A decisão de entrar em Estado de Greve e realizar as Assembleias Regionais tem o propósito de fortalecer a luta com unidade.

Esperamos que o governo apresente uma proposta que atenda nossas reivindicações, mas se isso não acontecer poderemos entrar em GREVE.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Falta de efetivo compromete a saúde do servidor

Desmantelamento do Estado é uma das causas observadas por Frente Parlamentar

A falta de efetivo no serviço público estadual é um problema geral enfrentado cotidianamente pelos servidores e pela população catarinense.

Seguindo a política do Estado mínimo, o governador Raimundo Colombo vem aumentando esse problema à medida que entrega os órgãos do Estado para as privatizações e não convoca concursos públicos para suprir as vagas dos servidores que se aposentam ou dos que estão em licença ou afastamento. Enquanto isso, quem permanece nos órgãos do Estado está adoecendo pelo stress causado por acúmulo de atividade, pelo assédio moral ou ainda lidando com insuficientes e envelhecidos equipamentos de trabalho.

De acordo com Shirlei Azevedo, assessora do deputado estadual Neudi Saretta (PT), que é o presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador, grande parte das denúncias que chegaram até o momento para serem analisadas resulta da falta de efetivo, do enxugamento do Estado, da precarização, do descaso com servidores e com os serviços públicos. Conforme Shirlei, o descaso e os problemas referentes à saúde do trabalhador acontecem em todos os setores, embora exista política nacional para tratar do tema e haja recursos estaduais para investimentos nessa área, no Estado, nada é feito neste sentido.

A Frente tem a proposta de construir a política de defesa da saúde do trabalhador.

Reunião na Alesc debate saúde do servidor público

Com objetivo de debater a saúde do trabalhador no serviço público, o Sintespe participa e convida todos servidores a comparecerem à **reunião da Frente Parlamentar marcada dia 24 de setembro, às nove horas da manhã no Plenarinho da Alesc**. Na reunião serão ouvidas diferentes categorias de trabalhadores no serviço público estadual.

A partir dos trabalhos da Frente Parlamentar surgiram alguns projetos no legislativo, como o de incluir a saúde do trabalhador como tema já no ensino fundamental e o de que todas as empresas aprovadas em licitação para terceirização de serviços públicos estaduais devam apresentar programa de prevenção de acidentes de trabalho à Junta Comercial do Estado (Jucesc). A partir das denúncias feitas pelos Sindicatos de servidores públicos estaduais, também já foi solicitada à Secretaria de Administração o número de afastamentos dos servidores e os seus motivos.

Condições de trabalho

O descaso com a saúde do servidor e em proporcionar melhores condições e segurança no trabalho também é grande. No início do ano, denúncias referentes à falta de condições de trabalho no IGP foram encaminhadas à Frente Parlamentar e devem ser debatidas na reunião, embora essa situação possa ser vista em outros órgãos.

O servidor José Nilton de Jesus, trabalhador no Deinfra há 30 anos, reclama que não há ferramentas em bom estado para trabalhar e nem o sapatão, que seria ideal para usar em seu serviço. Ele diz que há uns cinco anos, enquanto roçava saltou arame de roçadeira em seu peito, machucando-o, mas ficou por isso mesmo. Também reclama que nem valor referente à insalubridade ele recebe. "- O abandono vem de muitos anos. Cada governo que vem vai piorando um pouquinho", diz.

SJC: Servidores querem solução

Nos últimos tempos, a falta de concursados em vários órgãos tem sido motivo de mobilizações, como: segurança pública, polícia civil, justiça e cidadania e Detran.

Na Secretaria de Justiça e Cidadania a convocação de novo concurso público está demorando, mesmo após duas ondas de ataques criminosos a estabelecimentos do Estado, em novembro e em fevereiro passados, que culminaram na paralisação de servidores em abril. Apesar do déficit, não são vistas atitudes efetivas do Governo para a nomeação de 300 concursados de 2006 que impetraram Mandado de Segurança para assumir a vaga de agentes penitenciários. No início do mês, diretores do Sindicato se reuniram com a secretária da SJC, Ada de Luca, cobrando solução para pendências do acordo que deu fim à paralisação. Ada garantiu edital para concurso até 15/09. No embalo do Estado de Greve deliberado na Assembleia Geral Estadual do Sindicato, os servidores do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis deram prazo ao governo decidiram não cumprir plantões extras se até dia 18-09 as pendências do acordo continuassem.

Diretores do Sintespe cobram pendências do acordo que deu fim à paralisação de abril

Reabertura de ala no PAI-Fpolis requer mais servidoras

A reabertura da ala feminina do PAI Programa de Atendimento Inicial da capital também é motivo de preocupação para a diretoria do Sintespe por conta da falta de servidores. O local está fechado para reforma e deve ser reaberto nos próximos meses, porém o número de servidoras atualmente é de apenas 11 enquanto o número de vagas para adolescentes é 16, mais dois berçários. Há, ainda, 13 agentes em desvio de função.

Em reunião com os diretores do Sintespe Sebastião Amorim e Wolney Chucre, no início de setembro, o diretor do Departamento Socioeducativo Roberto Carvalho, disse que o edital de um processo seletivo para contratar acts com objetivo de suprir as vagas de agentes para o local está para ser analisado pelo diretor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas Luiz Antônio Dacol. Conforme Carvalho, deve ser convocado novo concurso público para o PAI até janeiro.

Segundo Sebastião Amorim, é preciso garantir no mínimo cinco agentes por plantão, pois do jeito que está fica difícil atender as adolescentes e gera um nível muito alto de stress.

Sindicato do Trabalhadores do Serviço Público Estadual de SC - Publicação oficial que expressa a posição da Diretoria Executiva do SINTESPE
Sede: Pça. Olívio Amorim, 82 - Centro - Fpolis/SC- CEP 88020-090 - Fone/Fax: (48) 3223 6097 (sintespe@sintespe.org.br - www.sintespe.org.br) - Delegacia Criciúma: (48) 9946-5936 - Delegacia Chapecó (49) 33238638 delchapeco@sintespe.org.br - Delegacia de Joinville: (47) 30265934 - joinville@sintespe.org.br, Delegacia Lages: (49) 3229 0023 - elages@sintespe.org.br -Impressão: DC - Tiragem: 11 mil exemplares - Distribuição gratuita e dirigida

DATA-BASE

Categoria pode entrar em GREVE a qualquer momento

O desrespeito do governo de Raimundo Colombo com os servidores públicos chegou ao limite. Passados oito meses da data-base da categoria, prevista para janeiro conforme a lei 15695/2011 - o governo não tem nenhuma proposta a apresentar aos servidores lotados nas secretarias, autarquias e fundações públicas estaduais. Conforme o coordenador da Coordenação Executiva de Negociação e Relações do Estado, Décio Vargas, em reunião com representantes do Sintespe dia 29 de agosto, "não há nada de concreto" a oferecer. De acordo com ele o que há é somente a intenção e perspectiva de algum projeto de lei que atenda as reivindicações (sem especificar quais), mas que será elaborado somente após finalizar negociação com o segmento da Secretaria da Segurança Pública, ainda neste ano. A prioridade de um segmento em detrimento de outro deixou indignada a diretoria do Sintespe, que vem tentando arrancar uma proposta concreta do Governo desde novembro passado.

Sem confirmar datas e a maneira de como pretendem apresentar qualquer projeto – se por meio de gratificação ou mesmo revisão-, uma questão é certa: o coordenador do Coner disse que o que virá não terá valores retroativos.

Diante de total descaso com as reivindicações da categoria que, para facilitar as negociações resumiu sua pauta de 30 para cinco itens principais, a Assembleia Geral de 29 de agosto em frente ao Centro Administrativo do Governo, na capital, decretou Estado de Greve até nova Assembleia Geral Estadual.

Desde novembro passado o Sintespe está em luta para que a data base seja cumprida. Foram feitas: manifestações na Alesc solicitando apoio dos parlamentares, inúmeras reuniões com o representante do Coner, no início do ano tentou-se garantir a revisão anual via Mandado de Segurança no Tribunal de Justiça, em abril foi realizada reunião com o secretário da Fazenda Antônio Gavazzoni, e até agora o que temos é a mesma enrolação. Várias foram as desculpas do Governo para não cumprir a lei que estabelece o direito à data-base dos servidores: desde a falta de dinheiro até o alcance do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nem mesmo com aumento da arrecadação estadual anunciado desde junho – dia 3 de setembro o governo anunciou aumento de 16,4% - o governador reajustou os vencimentos dos servidores que já acumulam mais de 40 % de perdas salariais. Enquanto isso, milhões dos cofres públicos são gastos com Organizações Sociais e empresas terceirizadas.

Assembleia de 29 de agosto aprova Estado de GREVE

Até o dia 28 de outubro, data em que se comemora o Dia do Servidor Público a diretoria do Sindicato convoca a categoria a participar de 12 assembleias regionais pelo Estado. Nelas, a Greve entrará na pauta, caso nenhuma sinalização positiva a respeito do atendimento da pauta de reivindicações seja dada pelo governo. É nossa organização que nos levará à vitória.

Vamos ampliar a luta por:

-Cumprimento da Data-Base;

-Reajuste de 16,67% - proporcionando a isonomia com a tabela dos servidores da saúde;

-Reposição das perdas salariais;

-Isonomia nas gratificações de produtividade;

-Novo plano de cargos e vencimentos;

Calendário de Assembleias Regionais

Fique atento ao dia da Assembleia em sua região.

- ✓ **17 de Setembro:** São Miguel D'Oeste
- ✓ **18 de Setembro:** Chapecó
- ✓ **19 de Setembro:** Joaçaba
- ✓ **25 de Setembro:** Caçador
- ✓ **26 de Setembro:** Canoinhas
- ✓ **1º de Outubro:** Lages
- ✓ **2 de outubro:** Joinville
- ✓ **3 de Outubro:** Blumenau
- ✓ **8 de Outubro:** Rio do Sul
- ✓ **9 de Outubro:** Itajaí
- ✓ **16 de Outubro:** Criciuma
- ✓ **17 de Outubro:** Tubarão

PRIVATIZAÇÕES

Governo prioriza classe empresarial

Contrariando inclusive a Justiça, Raimundo Colombo insiste em privatizar hospitais e o SAMU

Enquanto comemoramos 25 anos de fundação do Sindicato dos trabalhadores no serviço públicos em Santa Catarina, não temos muito a comemorar no que se diz repeito à valorização dos servidores por parte dos governos. Numa inversão de valores, a cada ano que passa a política de desmonte do estado é aprofundada por meio da privatização dos serviços públicos, pela falta de concursos e pelos milhões gastos com os cabides de empregos conhecidos como as 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Sem muitas diferenças dos governos anteriores, o governo de Raimundo Colombo vem mostrando muito bem a sua preferência pela classe empresarial. Mesmo anunciando um aumento da arrecadação da receita de 16,4% (dado divulgado pela Secretaria da Fazenda dia 03/09/2013), Colombo se nega a cumprir a lei 15695/2011 que determina um direito líquido e certo dos servidores - a data base-, mas despeja mais de 140 milhões de reais em cinco principais organizações sociais na saúde e transfere mais de sete bilhões do PACTO por Santa Catarina para empreiteiras de obras e empresas terceirizadas.

A quem interessa a privatização?

No final do mês de agosto, pela segunda vez, a Justiça estadual determinou, sob pena de multa diária e sequestro dos valores repassados para a conta da Organização Social SPDM, que a gestão do SAMU deveria retornar ao Estado. Porém, o governo recorreu mais uma vez e conseguiu driblar ação do Ministério público e vai seguir depositando milhões nas contas da OS que acumula ações judiciais referentes a mau pagamento no Estado de São Paulo e tem tido sua administração questionada no Hospital Regional de Araranguá (HRA). De janeiro a julho, o fundo estadual de saúde gastou 53 milhões com a SPDM que vai lucrar mais alguns milhões devido à portaria 595, de 5 de setembro, da Secretaria Estadual da Saúde (SES) que repassou para a mesma OS o gerenciamento do hospital Florianópolis. No HRA, a OS já demitiu 15 profissionais arbitrariamente, no mês de julho, causando inclusive a paralisação dos servidores.

Atividades discutem as OS na saúde

Para debater o repasse da administração do Hospital Florianópolis à Organização Social SPDM, o Sintespe participa de reunião convocada pelo Fórum Nacional Contra a Privatização da Saúde, no dia 23 de setembro, na capital. O gerenciamento do SAMU será discutido dia 24 de setembro, às nove horas, na Alesc, com a presença da Secretária de Saúde Tânia Eberhardt.

Oss perdem contratos em SP

Em Sapopemba (SP), dia 9 de agosto, uma ação do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo foi vitoriosa quando conseguiu anular o contrato de gestão do Ambulatório de Especialidades Sapopemba por OS. O prazo para o fim do contrato é de 90 dias. Poucos dias antes, em 29 de julho, a luta dos trabalhadores devolveu a gestão do Ambulatório de Especialidades do Jardim Peri-Peri para a Prefeitura de São Paulo.O Ambulatório era administrado há dois anos pela Fundação Faculdade de Medicina da USP (FFM).

Campanha Nacional

A luta pela revogação das Organizações Sociais deve ser de todos os servidores. Por isso, o Sintespe convida a categoria a ampliar a campanha nacional de adesão ao abaixo-assinado pela revogação da lei das OS. O documento pode ser impresso no blog www.organizaçãosocialnao.blogspot.com e após preenchido, entregue no Sindicato ou aos representantes da entidade.

JURÍDICO

Sintespe paga ação referente ao IPESC

Neste mês de setembro, o setor jurídico do Sindicato proporcionou à servidora aposentada Terezinha Dutra receber valores referentes à restituição dos valores recolhidos indevidamente pelo Ipesc após a Emenda Constitucional nº20 de 1998. A ação da aposentada é decorrente da Segurança obtida pelo Sintespe no ano 2000 no Mandado de Segurança impetrado que exigia que o Estado não mais descontasse os valores dos aposentados nos últimos cinco anos, a contar a partir da Ec20.

De acordo com o assessor jurídico da entidade deve haver uns 100 servidores a receber quantias referentes a esse MS e uns dois mil já devem ter recebido valores.

Dona Terezinha diz que, apesar de passados mais de 10 anos de quando entrou com a ação, nunca perdeu a confiança de que iria ganhar a ação via Sintespe e receber: "- Sabia que o Sintespe ia ganhar a ação".

D. Terezinha recebe valor da diretora do SINTESPE, Mª Cláudia

Até o momento, o Estado só depositou 20% do que deve à aposentada. Ela, que trabalhou 33 anos no Estado, diz que o dinheiro veio em boa hora e que aguarda ansiosa o restante. A quantia recebida vai possibilitar que faça cirurgia nos olhos.

CAMPANHA DE FILIAÇÃO

Com você nossa luta fica mais forte!

O SINTESPE é a entidade que defende o interesse e os direitos dos servidores públicos estaduais, assim como melhor qualidade dos serviços públicos, de maneira independente. A força do Sintespe é a filiação e a participação dos servidores que contribuem mensalmente com o Sindicato. Quanto mais filiados, mais forte fica a luta da entidade.

Se você não é filiado ao nosso Sindicato, filie-se. Se você já é filiado, recorte a ficha abaixo e aproveite para atualizar seu cadastro.
A ficha preenchida deve ser entregue no Sindicato ou enviada pelo Correio ou ainda entregue a algum representante da entidade. O valor da mensalidade é de 1,2% somente do vencimento.

CUT SINTESPE
Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

Ficha Sindical

☐ Filiação ☐ Recadastramento

DADOS PESSOAIS

NOME DO FILIADO

ENDEREÇO RESIDENCIAL (rua, nº, bloco...)

BAIRRO | CIDADE | CEP

DATA NASCIMENTO / / | E-MAIL | FONE RESIDENCIAL/CELULAR

DADOS PROFISSIONAIS

MATRÍCULA | CARGO | CATEGORIA ( ) ATIVO ( ) INATIVO

NOME DO ÓRGÃO ONDE TRABALHA | DDD | TELEFONE

ENDEREÇO LOCAL DE TRABALHO (rua, nº, bloco...)

BAIRRO | CIDADE | CEP

Pelo presente autorizo, em folha de pagamento,da importância relativa

DATA NASCIMENTO / /

ASSINATURA DO SERVIDOR

AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Nome da Entidade Consignatária: SINTESPE-SC | Código do Desconto

Nome do Servidor | CPF do Servidor

Matrícula e Cargo | Data de Nascimento / / | Sexo ☐ MASC ☐ FEM

Descrição do Órgão de Lotação | Código do Órgão

Pelo presente autorizo, o Setorial de Recursos Humanos em que estou lotado a descontar a contribuição mensal para a entidade acima indicada já consignados em folha de pagamento.

Local | Data / / | Assinatura do Servidor

BALANCETE

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS - 2013

RECEITA	JUNHO	JULHO
Mensalidade de Associados	**156.162,16**	**155.894,96**
Receita de Aplicações	**6.422,92**	**7.936,80**
Receitas de Precatórios	**-**	**6.978,44**
Receitas de Alugueis	**-**	**325,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**162.585,08**	**171.135,20**
DESPESA		
PESSOAL E ENCARGOS	**75.110,11**	**69.066,48**
DESPESAS GERAIS		
Agua e Esgoto	-	309,40
Serviços de cartório	149,20	-
Combustiveis e Lubrificantes	300,00	100,00
Correios e Malotes	37,30	11.720,76
Energia elétrica	-	2.563,11
Serviços de Limpeza	186,00	-
Honorários Profissionais	2.300,00	2.600,00
Impostos e Taxas Diversas	25,22	25,22
Manutenção em Programas	-	1.816,80
Manutenção em Veículos	-	673,00
Manutenção e Reparos	68,30	316,80
Material de Copa e Cozinha	463,17	101,60
Material de Expediente	435,20	-
Material de Higiene	42,10	502,00
Material de Uso Permanente	101,35	-
Outras Despesas	190,00	168,95
Segurança do Patrimônio	-	580,02
Seguros	390,77	2.064,56
Serviços de Terceiros	-	759,00
Telefones e demais comunicações	-	4.734,54
Tarifas Bancárias	31,00	48,96
IMPRENSA E DIVULGAÇÃO		
- Faixas/Cartazes	-	1.074,85
- Livros/Jornais/Revistas	-	3.315,65
- Adesivos/Panfletos	-	120,00
- Radios/TV/Som/etc	157,95	1.510,00
ATIVIDADES SINDICAIS		
- Assembleias	3.282,21	18.566,86
- Mobilizações	-	280,00
- Viagens	1.309,91	2.594,39
- Contribuição a CUT	-	28.630,90
- Contribuição a Sindicatos	-	1.000,00
- DIESSE	-	466,05
- Doações	-	200,00
- Eleições 2013	2.665,22	417,02
- Seminários	230,00	-
ASSESSORIA JURIDICA/CUSTAS/CÁLCULOS	**917,62**	**45.543,16**
DIRETORIA E REPRESENTANTES		
- Reunião de Diretoria	-	7.045,83
- Reunião Conselho de Representantes	611,54	-
- Alimentação - Diretoria Liberada	89,64	2.660,96
- Ajuda de Custo	820,00	820,00
- Auxílio de Custo	-	5.777,88
NÚCLEO REGIONAL DE LAGES	**267,50**	**2.116,42**
NÚCLEO REGIONAL DE CHAPECÓ	**416,72**	**1.184,45**
NÚCLEO REGIONAL DE JOINVILLE	**301,54**	**2.618,46**
NÚCLEO REGIONAL DE CRICIÚMA	**86,35**	**486,35**

INFORMES

SINTESPE aguarda listagens corretas para devolver Imposto Sindical

A diferença entre as informações enviadas pela Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Administração está impedindo a devolução dos valores referentes ao Imposto Sindical pelo Sintespe aos servidores. As listagens com os nomes e valores depositados continuam incompatíveis.

O Sindicato informa que tão logo o problema seja resolvido vai devolver todo o valor repassado pelo Governo (60%) do Imposto para todos servidores. A quantia dos servidores da saúde é repassada ao Sindsaúde.

Novas tecnologias na comunicação

O Sintespe começou usar a tecnologia SMS, via celular, para informar aos servidores ações e atividades de interesse da categoria. A iniciativa visa a ampliar a comunicação com a base, de maneira mais rápida.
Para que a iniciativa cumpra com seu objetivo é importante que os associados entrem em contato com a entidade e atualize seu cadastro, inclusive endereço residencial, eletrônico (pessoal) e número de telefone celular.
A atualização dos dados vai permitir, em breve, o acesso restrito dos servidores aos seus processos jurídicos diretamente por um banco de dados.